

O PROGRAMA NACIONAL DE MUSEUS: ENTRELAÇAMENTOS DE IDEIAS

Yazid Jorge Guimarães Costa
Doutorando em História Social (Universidade Federal do Ceará)
yazidjorge@gmail.com

Resumo: Criado em 1982, o Programa Nacional de Museus teve vários objetivos associados aos seus projetos de ação, porém é principalmente lembrado pelos seus programas de revitalização. Temos como objetivo refletir sobre essa instituição a partir de sua inserção em um contexto mais amplo, dialogando com autores que problematizam o período entre 1970 e 1990 na França e na Inglaterra, buscando compreender as complexidades de sua criação. Acreditamos que o mesmo foi criado devido a uma crise na relação com o tempo identificada no período, sendo o distanciamento de amplo setor da sociedade dos museus um sintoma dessa crise.

Palavras-chave: Museu. Programa Nacional de Museus. Crise.

Abstract: Created in 1982, the Programa Nacional de Museus had several goals associated with its action projects, however, it is mainly remembered for its programs of renovation. We aim to think about this institution regarding its inclusion in a broader context, dialoguing with authors that question the period and the subject in England and France, trying to understand the complexities its creation. We believe its creation happened due to a crisis in society identified in this period regarding its relation with the time, being the distance between the broader sector of society and the museums one of the symptoms of this crisis.

Keywords: Museum. Programa Nacional de Museus. Crisis.

O PROGRAMA NACIONAL DE MUSEUS

Entre os dias 18 e 24 de agosto de 1985, aconteceu em São Paulo, a nona edição do Congresso Nacional de Museus, no qual o Coordenador do Programa Nacional de Museus (PNM), Rui Mourão, apresentou a comunicação “O Programa Nacional de Museus: realidade e perspectivas”, em um exercício de avaliação das ações do PNM desde 1982.

Mourão indicou ao público que, naqueles três anos de existência, a informalidade do PNM era exatamente o que compunha dois lados da mesma moeda, a força e a fraqueza de sua existência. Possibilitou o encontro de soluções e sugestões para os problemas do campo museológico brasileiro a partir da própria realidade museológica, e não de soluções previamente estabelecidas.

Os problemas do “desenvolvimento do complexo museológico brasileiro” estariam, segundo Mourão, nas suas origens, pois os museus brasileiros desde a criação do Museu Real, em 1818, com pouquíssimas exceções, “[...] foram nascendo à base de um completo espontaneísmo” (MOURÃO, 1985). Apesar de, segundo Mourão, isso ter acontecido no mundo inteiro, o que particularizava o Brasil era sua constante dificuldade econômica, ocasionando, entre outros problemas, a pouca presença de técnicos com formação universitária, aptos a planejar e coordenar as ações no setor.

Seu diagnóstico indicou que uma gama variada de instituições estavam deslocadas da realidade na qual se inseriam – física e simbolicamente -, promovendo um descolamento com os anseios da comunidade, passando a “exibir, a partir de certa altura, um ar poeirento e antiquado”.

Porém, a realidade dos museus estava em transformação, e essa se dava exatamente a partir da atuação do PNM, criado pela Portaria nº 16, de 22 de setembro de 1982, da Secretaria da Cultura, ambicionado anteriormente pelos setores que encabeçavam a direção do setor museológico brasileiro, e divulgado pela imprensa ainda antes de sua criação.

Essa Portaria informava que sua criação foi realizada:

“[...] considerando a necessidade de uma articulação entre os museus nacionais, visando à melhoria das suas condições de funcionamento e maior racionalidade na utilização de seus acervos, dos recursos materiais disponíveis e da força de trabalho neles envolvida” (SECRETARIA DA CULTURA, 1982).

bem como outros documentos e eventos. O PNM tinha onze objetivos, e não apenas ambicionava a revitalização de museus, ainda que fosse essa uma das principais ambições. E com o decorrer das ações o PNM em muito se diversificou, promovendo seminários, intercâmbios nacionais e internacionais, palestras, cursos e amplas discussões sobre os rumos da política museológica brasileira.

O PNM era composto por um Coordenador e um conselho assessor com três membros, e se vinculava à Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM). Todos os sujeitos envolvidos no empreendimento inicial do PNM não apenas tinham experiência na gestão de museus, como já eram profissionais estabelecidos e reconhecidos pelo MEC. Todos esses sujeitos já eram gestores de algumas das principais instituições do país, cuja importância perdura até os dias atuais.

Dentre os marcos citados para a criação do PNM, frisaremos a realização do I Encontro Nacional de Dirigentes de Museus (IENDM), realizado no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Ocorreu entre os dias 22 e 26 de outubro de 1976 e teve como instituições realizadoras e/ou parceiras: o Programa de Ação Cultural do MEC, o Museu Histórico Nacional, o Museu Imperial, as Secretarias de Educação do Estado de Pernambuco e do Município de Recife, além da Organização Nacional do Conselho Internacional de Museus.

Um dos objetivos do encontro foi estudar a situação dos museus brasileiros, reunindo dirigentes de variadas instituições espalhadas pelo país procurando soluções para os problemas nos quais se encontravam os museus.

O debate foi dividido em temas gerais e temas particulares. As discussões decorrentes desses debates ambicionaram direcionar a formação de uma política museológica brasileira, amplamente desejada pelo setor representado no IENDM.

Gostaríamos de ressaltar algumas reflexões propostas por Ulpiano Meneses, referente ao seu GT (Relação com o meio). Ulpiano Meneses afirmou inicialmente que era claro e inegável o conceito “(...) difundido inclusive em documentos oficiais, de que o museu, instituição a serviço da sociedade, deve ser emanção desta mesma sociedade” (IJNPS, 1976, p. 47), continuando que, apesar desta definição, o que podia ser observado no Brasil e no Mundo era o oposto. Isto justificava a crise pela qual os museus, fossem como instituição, ou como conceito, estavam passando.

Assim, o IENDM apresentou uma reflexão similar àquela que podemos ver na retomada desse discurso na fala de Rui Mourão no IX Congresso Nacional de

Museus, em 1985, sendo essas observações tomadas como um dado da realidade e utilizados para justificar inúmeras ações que seriam adotadas posteriormente.

Em 1985, com a criação do Ministério da Cultura (MinC), o PNM foi extinto e dois novos setores são criados, no âmbito do processo de reformulação do setor do patrimônio no Brasil, a Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, na FNpM, e a Coordenadoria do Sistema Nacional de Museus (CSNM), no âmbito da renovada Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

Desde o início da década de 80 havia entre aqueles que trabalhavam na SPHAN e na FNPM, uma percepção clara de qual o papel das duas instituições, sendo a primeira dedicada à formulação de diretrizes para a salvaguarda do patrimônio, e a segunda dedicada à operacionalização destas diretrizes.

Esta percepção permaneceu e direcionou os trabalhos de proposição do novo Regimento Interno da SPHAN. No que diz respeito aos museus, tema que nos interessa imediatamente, foi definida a criação da CSNM, entendida como uma forma de “institucionalizar” o PNM.

Desta forma, comparando os objetivos e competências do PNM com os da CSNM, observamos que há uma ampliação da atuação não apenas em relação aos museus vinculados ao PNM, como anteriormente, como o desenvolvimento de uma política ampla que deveria ser aplicada por todos os museus em território nacional.

Com o desenvolvimento processo de redemocratização brasileira, culminando com a promulgação da Constituição de 1988, não por acaso chamada de Constituição Cidadã houve também a ampliação da busca por direitos sociais e civis, sendo parte deles relacionados ao campo cultural e, mais especificamente, ao patrimônio. Dessa forma, compreendemos as reivindicações do campo museológico em meados da década de 1980 também como expressão de um desejo de cidadania.

No entanto, o campo cultural e do patrimônio, e, nesse sentido, também o museológico sofreu um grande impacto em 1990, quando o governo de Fernando Collor promoveu o que foi chamado de processo de desinstitucionalização do setor cultural. No qual foi criado o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural, em detrimento da existência da SPHAN/FNPM e todo seu aparato patrimonial já estabelecido.

O ENTRELAÇAMENTO DE IDEIAS

Perguntas sobre o que são os museus e quais suas funções vêm sendo feitas ao longo dos anos frequentemente por aqueles que se debruçam sobre a temática dos museus, e assim, pelos sujeitos dessa pesquisa. A partir do fim dos anos 1960 que essa discussão ganhou fôlego e alcançou o Brasil fazendo com que nossos técnicos e dirigentes de museus questionassem qual o seu papel, ou seus papéis.

Esse momento, fim dos anos 1960 e início do anos 1970, considerado como de crise, possibilitou questionar a função social dos museus. De acordo com Duncan Cameron (1971) os museus precisariam de psicoterapia, pois passavam por uma crise de identidade. Ainda nesse texto, o autor lançou um questionamento: o que é um museu?

Em sua reflexão, Cameron não buscou definir com precisão o que era (ou, é) um museu, mas as diversas formas pelas quais os museus podem existir na sociedade segundo uma gama variada de instituições que, apesar de diferirem entre si, todas elas poderiam ser identificadas como museus. Para ele, a definição de museu depende de como a sociedade o entende, com inúmeras possibilidades de interpretação.

Intencionando modificar a percepção ampla dos museus como “tradicionais”, soluções foram propostas, sendo significativas aquelas contidas do documento da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972). Esse evento foi promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), realizado no Chile, entre os dias 20 e 31 de maio de 1972. Teve como tema “O desenvolvimento e a importância dos museus no mundo moderno”, e, seu objetivo foi encontrar soluções a serem propostas pelos museus às sociedades latino-americanas do período, que passavam por amplo processo de transformação e desenvolvimento (NASCIMENTO JUNIOR; TRAMPE; SANTOS, 2012, P 111).

Portanto, parte dos objetivos do evento foi possibilitar aos participantes – em geral membros das instituições dedicadas à preservação do patrimônio de seus respectivos países – uma transformação no que poderia vir a ser um museu através do diálogo entre os participantes. Teve como mérito a Mesa Redonda propor a noção de museu integral, no sentido de que a instituição se dedicasse ao conjunto

amplo de problemas da sociedade, entendendo também o museu como instrumento dinâmico de mudança social (VARINE, 2012, p. 144)

É significativo o relatório produzido por Lygia Martins Costa acerca de sua participação do evento de Santiago, que culminou na solicitação de visita técnica ao Brasil de dois consultores da UNESCO, Jean Favière e Jean Gabus, em 1972, com o intuito de avaliar a situação do campo museológico brasileiro e sugerir soluções para o setor.

No relatório de Favière, encontramos sugestões baseadas na sua experiência como consultor da UNESCO, das análises realizadas em sua viagem e também a frequente referência ao Compromisso de Salvador. Ressaltamos a sua sugestão da implantação de um Programa Nacional de Museus, composto por um coordenador e dois delegados indicados pelo Conselho Federal de Cultura e com garantia de trabalho de cinco anos e um fundo com recursos para a execução do Programa, com o objetivo de garantir a continuidade das atividades.

Acreditamos então que as transformações no setor museológico fizeram parte de um contexto maior, com seus próprios desenvolvimentos, ambicionando uma maior participação da população, ou do “museu e seu meio”, como podemos apreender das discussões do IENDM, em 1975.

A “crise dos museus” tomou forma no Brasil não pelo protagonismo da sociedade em reivindicar formas de representação do passado que coadunassem com os anseios de seu tempo, mas pelas críticas internas do campo museológico, em contato com debates internacionais, observando a realidade latino-americana e as particularidades do Brasil. O grande embate desencadeado pela “crise dos museus” foi aquela do papel dos museus em relação às comunidades nas quais estavam inseridos.

François Hartog, de outro modo, identifica este período (entre os anos 1970 e 1980) como o da ocorrência de uma “onda memorial” na França, alguns dos sintomas apresentados pelo autor são relacionados ao lançamento de filmes e livros com a temática da memória e do patrimônio; à instituição do Ano do Patrimônio, na França, em 1980, a criação de Jornadas do Patrimônio, entre outras ações.

Hartog afirma que a demanda por memória desse momento pode ser interpretada como uma expressão dessa crise na relação com o tempo, como uma forma de resposta à crise.

Podemos observar, também, na análise de Robert Hewison (1987) que a mesma crise acontecia no Reino Unido, o que o levou a afirmar a existência de uma “indústria do patrimônio”, assim chamada devido aos grandes investimentos públicos e privados realizados neste setor nos anos anteriores à elaboração da análise, e também devido à intenção identificada pelo autor de que essa indústria viesse a substituir a indústria “real”, transformando o patrimônio em uma *commodity* a ser comercializada.

Essa reflexão foi potencializada pela experiência do autor, naquele momento, em ouvir com frequência sobre a criação de mais e mais museus na Grã-Bretanha, o que o levou a se questionar sobre quanto tempo levaria para o Reino Unido se tornar um grande museu.

Hewison afirma, porém, que esse grande crescimento nos números dos museus era apenas um sintoma de um quadro maior de ampliação de uma nova força cultural, da qual os museus eram apenas uma parte. Esse crescimento era possibilitado devido a uma obsessão pelo passado que havia se instalado no país como fruto de um declínio econômico e à tentativa de suplantar este declínio com a ascensão de uma nova indústria.

A obsessão pelo passado e o desenvolvimento dessa indústria do patrimônio são entendidas, assim como no caso francês relatado por François Hartog, bem como aquele da criação do PNM e das discussões ocorridas no campo museológico a partir de uma transformação na relação com o tempo em um determinado grupo social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que após esta reflexão conseguimos apresentar um panorama internacional e nacional amplo, um período nomeado como da “crise dos museus”, no qual esteve inserida a criação do PNM, em 1982, no âmbito da FNpM.

A compreensão da inserção da política museológica brasileira em um contexto global é significativa para a percepção da complexidade dos projetos e ações realizadas no âmbito do PNM, indo além da imagem que identifica o Programa apenas pelo seu objetivo de realizar “revitalizações”.

Assim, entendemos o PNM como fruto de uma crise na relação com o tempo, construído com o objetivo de transformar a relação que a sociedade brasileira tinha com os museus – inicialmente aqueles vinculados ao Governo Federal, em seguida, todos os museus possíveis.

REFERÊNCIAS

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HEWISON, Robert. **The Heritage Industry**: Britain in a climate of decline. Londres, Reino Unido: Methuen London, 1987.

VARINE, Hughes de. A museologia se encontra com o mundo moderno. In: NASCIMENTO JUNIOR, José do; TRAMPE, Alan; SANTOS, Paula Assunção dos (orgs.). **Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo**: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972. Brasília: Ibram/MinC; Programa Ibermuseus, 2012.